

REAJUSTE PISO DO MAGISTÉRIO 2026

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul encaminhou o Projeto de Lei nº 38/2026 reajustando o Piso do Magistério Estadual em 5,4%, a contar de 1º de janeiro de 2026. O índice respeita o índice de 5,4% determinado por Medida Provisória do Governo Federal, passando o valor inicial da carreira para 40h para R\$ 5.130,65.

O projeto, em seu art. 1º, determina a absorção da parcela irredutibilidade de que trata o inciso I do art. 4º da Lei nº 15.451/2020. Novamente uma medida que causa prejuízo a grande parte dos aposentados da categoria que deixam de ter o reajuste efetivo no mesmo percentual dos demais professores. Tal questão já é objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo CPERS e que ainda aguarda julgamento pelo Tribunal de Justiça do Estado.

O PL prevê, ainda, a aplicação do reajuste no subsídio dos professores admitidos sob a forma de contratação temporária.

O reajuste proposto não incide sobre a parcela autônoma e quaisquer outras parcelas remuneratórias e também não se aplica aos aposentados sem paridade, ou seja, deixa de fora aqueles aposentados pela média das contribuições (EC 41/03). Da mesma forma o reajuste não foi estendido os demais trabalhadores em educação, não contemplando, mais uma vez, os funcionários de escola.

O Projeto foi apresentado sem regime de urgência, mas com efeitos retroativos à 1º de janeiro e deve seguir o trâmite normal na Casa Legislativa.

Porto Alegre, 09 de fevereiro de 2026

Buchabqui e Pinheiro Machado Advogados Associados
Assessoria Jurídica CPERS/Sindicato